

# Dobra número de beneficiários de auxílio no país

O auxílio emergencial mudou a geografia dos benefícios no país: foi pago a 25% da população dos 5.570 municípios, enquanto o Bolsa Família atingia 13,2%. Até cidades mais ricas tiveram alta: cerca de 18% dos habitantes de Rio e São Paulo receberam os R\$ 600, contra 4% que recebiam o Bolsa Família nessas capitais. **PÁGINAS 15 e 16**

## MÉDIA DE PAGAMENTOS DO PROGRAMA

(Em %)



SÓ COM O BOLSA FAMÍLIA



COM O AUXÍLIO EMERGENCIAL

<b>BRASIL</b>	<b>13,2</b>	<b>25</b>
Cidade de São Paulo	<b>4,4</b>	<b>18,4</b>
Município do Rio de Janeiro	<b>4,8</b>	<b>18,6</b>

Editoria de Arte

# O IMPACTO DOS R\$ 600 BENEFICIÁRIOS DOBRAM NO PAÍS, E CIDADES MAIS POBRES TÊM AUMENTO NO CONSUMO

PEDRO CAPETTI E GERALDA DOCA  
economia@oglobo.com.br  
RIO DE BRASÍLIA

**T**erminar o mês sem dever nada. Esta é uma nova realidade na vida de Vanuzia Silva Oliveira, de 46 anos, moradora de Maetinga, no interior da Bahia, que viu o benefício do Bolsa Família dobrar com o auxílio emergencial por ser chefe de família. Desempregada, recebendo R\$ 1.200 por mês do governo federal e com oito filhos e um neto para cuidar, ela agora consegue não apenas fazer a compra do mercado, como pagar as contas atrasadas sem fazer novas dívidas.

— Com as escolas paradas, as crianças em casa comem o tempo todo. Aqui é muita gente, e ninguém tem emprego — diz ela, que já trabalhou como gari na prefeitura.

Vanuzia está entre os 50 milhões de brasileiros que foram beneficiados pelo auxílio emergencial. A injeção de mais de R\$ 150 bilhões na proteção dos mais vulneráveis por causa da pandemia do novo coronavírus mudou não apenas a geografia das transferências de renda nos municípios brasileiros, como, em algumas cidades, aqueceu o consumo, em uma economia que deverá

terminar o ano com a maior retração em 120 anos.

Levantamento feito pelo GLOBO com base em dados do Ministério da Cidadania mostra que o auxílio emergencial atingia, no fim de abril, em média, 25% da população dos 5.570 municípios brasileiros. Em algumas cidades, como Maetinga, a parcela da população que recebe o benefício chega a 90%. Antes, somente com o Bolsa Família, a média de beneficiários era de 13,2% nas cidades brasileiras.

O crescimento da base de atendidos foi registrado em todas as regiões do país, mas não mudou a lógica da distribuição que ocorria com o Bolsa Família: quanto mais pobre o município, maior a cobertura. O auxílio, contudo, ganhou peso também em cidades mais desenvolvidas. Municípios ricos, como São Paulo, hoje têm um percentual de beneficiários similar ao que era observado em cidades pobres do país quando só havia o Bolsa Família.

Especialistas explicam que esse aumento generalizado é consequência dos efeitos da pandemia e também da crise prolongada no mercado de trabalho. Antes da Covid-19, 12,3 milhões estavam desempregados e mais de 1,4 milhão de brasileiros aguardavam na fila do Bolsa Família.

## VETO SE VALOR FOR MANTIDO

Com a expansão da cobertura social e o anúncio da prorrogação do pagamento do auxílio, o programa começa a ser visto como um mecanismo de aquecimento da economia no segundo trimestre do ano, quando as previsões são de um tombo de mais de 10% no PIB.

Ontem, em transmissão em rede social, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que pretende vetar a prorrogação do auxílio se o Congresso decidir pela manutenção do va-

lor atual, de R\$ 600. O Ministério da Economia pretende pagar mais duas parcelas de R\$ 300, mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defende a manutenção dos R\$ 600.

Economistas destacam o chamado efeito multiplicador do benefício: com mais dinheiro, há mais consumo, o que gera arrecadação para o estado. Mesmo com o desemprego e a queda da renda, são os mais pobres que têm maior propensão ao consumo.

— Quanto mais para o pobre

for a transferência, maior o ganho para a macroeconomia, se você tem uma capacidade ociosa — explica o pesquisador Marcelo Neri, diretor da FGV Social, ressaltando que cada R\$ 1 gasto com Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 ao PIB.

Neri afirma que, apesar do efeito do auxílio ser menor no PIB, o recurso fará diferença nas cidades menores, onde já há grande dependência dos programas de transferência de renda. A média do Bolsa Família, de R\$ 190 por mês, deu lugar a R\$ 1.200 por

pelo menos três meses a muitos beneficiários do programa, por serem chefes de família com crianças. Em tese, são 20 meses de Bolsa Família recebidos em apenas três. Com garantia de dinheiro no bolso, mesmo com a impossibilidade de fazer bicos, aumenta o incentivo ao consumo, afirma o pesquisador.

Em Maetinga, no interior da Bahia, andar na rua e não esbarrar com um beneficiário do auxílio emergencial é um desafio. No município, 2.919 dos pouco mais de 3.100 habitan-

tes recebem o benefício, que deve injetar em três meses o equivalente a cerca de 11% do PIB da cidade. Entre março e abril, apenas um emprego com carteira assinada foi perdido na cidade, segundo dados do Caged, cadastro do Ministério da Economia.

— O auxílio emergencial ajudou muito no aquecimento do comércio local. Podemos dizer que o consumo aumentou muito. Os supermercados estão vendendo mais, assim como as lojas de material de construção e de eletroeletrô-

nicos — destaca o prefeito Edcarlos de Oliveira (PT).

Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter, explica que o efeito do auxílio é potencializado nas cidades menores e mais pobres, porque a economia nesses municípios gira em torno do comércio e de serviços às famílias.

Em Fartura do Piauí (PI), cerca de 42% dos moradores recebem a ajuda. Segundo o prefeito Laênio Macêdo (PSD), o auxílio chegou a quadruplicar a renda das famílias, a maioria dependente do Bolsa Família e que vive de subsistência. É o caso do ajudante de pedreiro Genivaldo dos Santos. Com filho recém-nascido, ele ficou impossibilitado de fazer bicos:

— Esses R\$ 600 vieram na hora certa. Recebi no dia em que meu filho nasceu.

#### REAÇÃO EM CADEIA

Estudo feito por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG) mostrou que, caso o auxílio emergencial fosse estendido até dezembro, o PIB seria beneficiado em 0,55%, contra 0,44% se o programa durar apenas até junho. Segundo a pesquisa, a extensão do benefício aumentaria inicialmente o consumo das famílias, mas causaria uma reação em cadeia na economia.

A pesquisa mostra ainda que, se o auxílio for retirado em junho, a arrecadação de tributos será de R\$ 22,3 bilhões, menos de um quinto dos R\$ 128 bilhões que seriam registrados caso a política fosse estendida até o fim de 2020.

— No momento de recessão iminente, manter a renda da base é importante para você gerar efeitos multiplicadores, pois estamos falando da maior parte da população, que consome a maior parte da sua renda — explica Débora Freire Cardoso, pesquisadora do Cedeplar/UFMG.

Segundo o estudo, os setores mais impactados seriam os de eletrodomésticos, perfumaria, higiene e limpeza. A pesquisa também mostra que as classes mais altas também seriam beneficiadas, embora não recebam o benefício. Os efeitos advêm dos impactos indiretos que as transferências geram na economia.

Para o segmento da indústria, que vive seu pior momento desde 2002, a permanência do auxílio poderá gerar maior previsibilidade sobre a demanda existente, principalmente nas camadas mais pobres.

— Ajuda como o colchão de amortecedor na demanda. Não quer dizer que o setor vá crescer em cima disso, mas amortece a queda e estabiliza. Pode ser algo necessário — explica o economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

No entanto, a falta de focalização do auxílio, com sucessivas fraudes, pode acabar penalizando a economia, alerta Neri, da FGV Social.

— Você pode perder nos dois lados, na capacidade de fazer chegar o benefício aos mais pobres e na capacidade de fazer a economia girar.



*“Quanto mais para o pobre for a transferência, maior o ganho para a macroeconomia”*

— **Marcelo Neri**, diretor da FGV Social

*“Os supermercados estão vendendo mais, assim como as lojas de material de construção e de eletroeletrônicos”*

— **Edcarlos de Oliveira (PT)**, prefeito de Maetinga (BA)

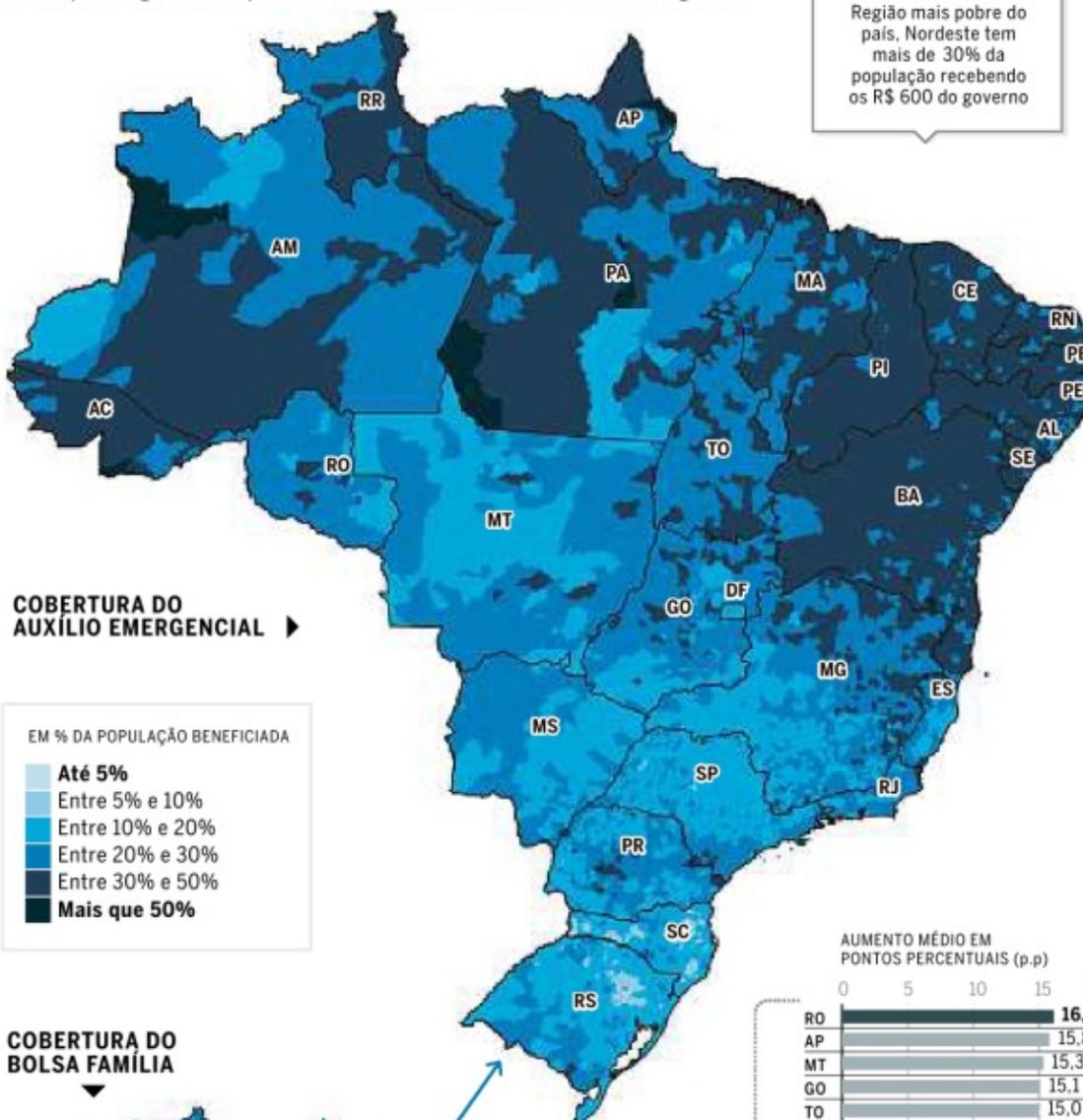
*“No momento de recessão iminente, manter a renda da base é importante para você gerar efeitos multiplicadores”*

— **Débora Freire Cardoso**, pesquisadora do Cedeplar/UFMG

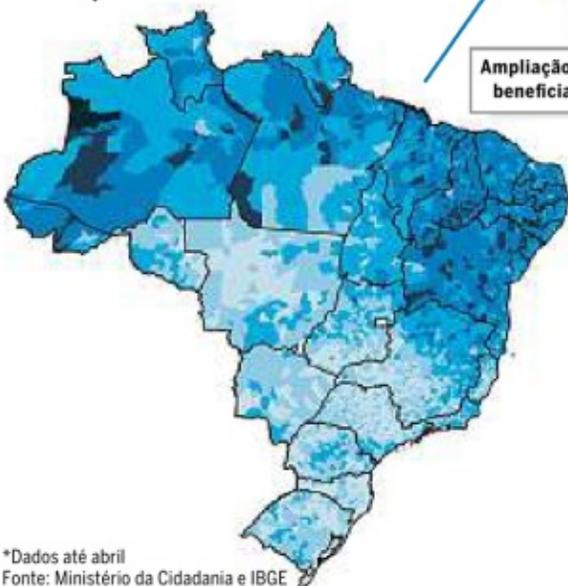
## A DISTRIBUIÇÃO DO AUXÍLIO PELO BRASIL

Municípios registram expansão de beneficiários com a renda emergencial

Região mais pobre do país, Nordeste tem mais de 30% da população recebendo os R\$ 600 do governo



### COBERTURA DO BOLSA FAMÍLIA



AUMENTO MÉDIO EM PONTOS PERCENTUAIS (p.p)

Estado	Aumento Médio em Pontos Percentuais (p.p)
RO	16,1
AP	15,8
MT	15,3
GO	15,1
TO	15,0
RR	15,0
MS	14,6
ES	14,2
RJ	14,2
PA	14,0
RN	13,9
PE	13,9
CE	13,8
SE	13,7
BA	13,7
PR	13,4
AM	13,3
MG	13,1
SP	12,6
PI	12,6
AL	12,5
PB	12,5
AC	12,4
MA	11,9
DF	11,9
RS	11,3
SC	10,8

\*Dados até abril  
Fonte: Ministério da Cidadania e IBGE

# Nas capitais, número de beneficiários dispara

Em média, um em cada cinco habitantes dessas cidades recebe os R\$ 600. Em São Paulo, 4,4% da população eram atendidos pelo Bolsa Família. Agora, com o auxílio emergencial, são 18,4%. No Rio, percentual saltou de 4,8% para 18,6%

PEDRO CAPETTI E  
VITOR DA COSTA\*  
economia@oglobo.com.br

Os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho, principalmente entre os informais, fez com que a cobertura por transferências sociais triplicasse nas regiões mais ricas do Brasil. Levantamento feito pelo GLOBO com base em dados do Ministério da Cidadania mostra que, nas 27 capitais do país, o número de beneficiários saltou de 2,8 milhões, com o Bolsa Família, para 9,9 milhões, com o auxílio emergencial.

Os números dão a dimensão da presença da renda básica emergencial na vida daqueles que habitam as cidades mais ricas do país. Em média, um em cada cinco brasileiros residentes nas capitais está recebendo o auxílio de R\$ 600 do governo federal.

Todas as 27 cidades registraram aumento de mais de dez pontos percentuais na cobertura social. Em São Paulo, 4,4% da população era beneficiária do Bolsa Família. Agora, com o auxílio emergencial, essa taxa chegou a 18,4%. No

Rio de Janeiro, esse percentual saltou de 4,8% para 18,6%. O menor percentual encontra-se em Porto Alegre, com 10,6% da população beneficiada.

Uma das razões para o avanço nos centros urbanos desenvolvidos é a presença da informalidade no mercado de trabalho e o crescente desem-

prego. Entre março e abril, 414,9 mil postos de trabalho formais foram perdidos nessas cidades, segundo dados do Caged, do Ministério da Economia. E foi nessas localidades que a pandemia do novo coronavírus mais matou. Cerca de 50% dos óbitos confirmados por Covid-19 no país estão nas capitais.

Com a economia cada vez mais deteriorada, prefeitos acreditam que a prorrogação do programa por mais dois meses pode ajudar a recolocar a economia nos trilhos após o baque inevitável gerado pelo isolamento social.

O cenário é similar em cidades das regiões metropolitanas, onde foram recorren-

tes as filas quilométricas às portas das agências da Caixa em busca do auxílio. Em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, 23,19% da população recebem o benefício emergencial.

Segundo o prefeito Washington Reis (MDB), o pagamento do auxílio “salvou” a economia municipal

em meio à queda na arrecadação. O município já perdeu cerca de R\$ 100 milhões em tributos desde o início do período de pandemia. A injeção dos recursos do auxílio emergencial por três meses equivale a cerca de 1% do PIB municipal.

— Salvou a gente do desastre. A arrecadação de impostos caiu, e as pessoas tiveram problemas de falta de alimentos em casa. Esse recurso fomentou o comércio e está mantendo viva a engrenagem da economia. É uma injeção de dinheiro na veia — comenta Reis.

Agora, mesmo que em menor valor, ele conta com o Bolsa Família para evitar maiores perdas:

— O fim do auxílio pode afetar sim (a economia), mas ainda teremos o Bolsa Família, que muitos moradores daqui recebem. O governo não vai ter dezenas de bilhões (de reais) constantemente para fazer socorro, mas foi muito importante neste momento de reclusão das pessoas e de queda da atividade econômica.

\*Estagiário, sob a supervisão de Alexandre Rodrigues



**Socorro do governo.** Fila em agência da Caixa na Zona Oeste do Rio para receber o auxílio: nas 27 capitais, beneficiários passaram de 2,8 milhões para 9,9 milhões